

EDUCAÇÃO E COMPLEXIDADE:

os sete saberes
e outros ensaios



EDITORA AFILIADA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Morin, Edgar, 1921- .

Educação e complexidade : os sete saberes e outros ensaios / Edgar Morin ; Maria da Conceição de Almeida, Edgard de Assis Carvalho, (orgs.) ; tradução de Edgard de Assis Carvalho. – 6. ed. – São Paulo : Cortez, 2013.

ISBN 978-85-249-2018-9

1. Complexidade (Filosofia) 2. Educação - Aspectos sociais 3. Educação - Filosofia 4. Morin, Edgar, 1921- - Crítica e interpretação 5. Sociologia do conhecimento I. Almeida, Maria da Conceição de. II. Carvalho, Edgard de Assis. III. Título.

13-02269

CDD-370.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : Filosofia 370.1

EDGAR MORIN

Maria da Conceição de Almeida
Edgard de Assis Carvalho
(Orgs.)

EDUCAÇÃO E COMPLEXIDADE:

os sete saberes
e outros ensaios

Tradução de
Edgard de Assis Carvalho

6ª edição
3ª reimpressão

 **CORTEZ
EDITORIA**

EDUCAÇÃO E COMPLEXIDADE: os sete saberes e outros ensaios
Edgar Morin

Capa: DAC

Preparação de originais: Maria Vianna

Revisão: Marta Almeida de Sá

Composição: Linea Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales



Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada
sem autorização expressa do autor e do editor.

© Éditions Pleins Feux, 2000

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

e-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil – dezembro de 2021

SUMÁRIO

Nota prévia da 2ª edição.....	7
Prefácio.....	9
1. Sobre a Reforma Universitária	13
A dupla missão	15
Os desafios do século XX	17
A reforma do pensamento	20
Os caminhos da reforma	23
A missão	27
2. A articulação dos saberes.....	29
Articular as disciplinas	39
A antiga e a nova transdisciplinaridade	53
Por uma reforma do pensamento	59

A ruptura cultural	61
O desafio da complexidade	62
Os três princípios da reaprendizagem pela religação	67
A reforma do pensamento é paradigmática	69
A aprendizagem da religação.....	70
A aprendizagem da complexidade.....	72
A aprendizagem do amor	73
A democracia cognitiva e a reforma do pensamento	74
3. A propósito dos sete saberes.....	81
1. O conhecimento	84
2. O conhecimento pertinente	89
3. A condição humana.....	92
4. A compreensão humana.....	97
5. A incerteza.....	100
6. A era planetária.....	104
7. A antropológica.....	107

NOTA PRÉVIA DA 2ª EDIÇÃO

A tradução anterior foi inteiramente revista e deixa mais explícitas algumas das ideias nucleares de Edgar Morin.

Acreditamos firmemente que a reforma das condições da educação permanece em aberto nesses primeiros anos do terceiro milênio. Com certeza, a sociedade do conhecimento exigirá intelectuais polivalentes, transdisciplinares, afinados com a regeneração do humano e com a religação definitiva da cultura científica e a cultura das humanidades.

Maria da Conceição Xavier de Almeida

Edgard de Assis Carvalho

Setembro de 2004

PREFÁCIO

As ideias de Edgar Morin são marcadas por uma recursividade exemplar. Basta ter acesso ao conjunto de sua obra para observar como expressões, argumentos e reflexões que aparecem de forma sintética em alguns de seus livros reaparecem em outros de modo renovado, instigante e provocador. Essa característica que expressa o pensamento aberto e complexo de um dos mais expressivos pensadores do nosso tempo permite compreender também como o intelectual pode articular o uno e o múltiplo, a diversidade e a unidade.

É dessa perspectiva que sua obra contempla os múltiplos aspectos de uma ética da formação do cidadão planetário que sempre supõe a autoformação, o inacabamento, a compreensão, a consciência de pertencimento à Terra-Pátria. No que tange à educação, livros como *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, *A cabeça bem-feita*, *A religação dos*

saberes expressam superlativamente a ideia de que qualquer reforma de educação deverá, antes de mais nada, começar pela reforma dos educadores.

Este livro emerge como fruto de uma história recente. Em junho de 1999, Edgar Morin visita pela segunda vez a cidade de Natal, para receber o título de doutor *honoris causa* que lhe é concedido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nessa ocasião é lançado pela EDUFRN *Complexidade e Transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental*, um pequeno livro que teve suas duas edições rapidamente esgotadas.

Complexidade e Transdisciplinaridade continha duas partes: *Sobre a reforma universitária*, texto originalmente publicado na *Revista Trabajo Social da Escuela Nacional de Trabajo Social*, em 1997, UNAM, México; e *A articulação dos saberes*, pronunciamento de E. Morin em entrevista coletiva no dia 8 de janeiro de 1998, por ocasião da instalação do Conselho Científico que elaborou a consulta sobre “Que saberes ensinar nas escolas”, iniciativa do então ministro da Educação Nacional da França, Claude Allègre. Se fosse possível sintetizar o conteúdo e o objetivo dos dois ensaios, poder-se-ia afirmar que ambos se situam no registro do pensamento complexo que investe contra a fragmentação do conhecimento e a disciplinarização excessiva de currículos, departamentos, universidades e dos próprios professores.

Por deferência especial da UFRN, os direitos de edição foram repassados à Cortez Editora. De posse do material,

que foi inteiramente retraduzido e revisado, decidiu-se agregar uma terceira parte, *A propósito dos sete saberes*, conferência organizada pela Société Angevine de Philosophie em 10 de fevereiro de 2000, publicada pela Éditions Pleins Feux no mesmo ano. A edição original continha uma excelente e didática apresentação de Edgar Morin feita por Lucien Guirlinger, presidente da Sociedade, que não consta deste livro. *Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios* reúne, portanto, três ensaios escritos em tempos diferentes; os dois primeiros, marcados pela esperança e pela utopia de uma reforma cognitiva saturada de rupturas, reaprendizagens, reformas, transdisciplinaridades. O último é posterior à experiência da reforma que acabou sendo abortada pela insensibilidade dos governantes e pela intransigência dos educadores. Nele, Edgar Morin elenca de modo mais contundente o que considera ser os buracos negros do conhecimento, sete problemas, sete desafios a serem incluídos em todos os programas de ensino, do primeiro ao terceiro grau e a outros que, porventura, venham a ser inventados. Não se trata de uma reflexão centrada apenas na França, mas comum a todos nós que ainda acreditamos na possibilidade de uma revolução do pensamento.

Como tudo que é marcado pela complexidade e pela incerteza, esses três ensaios permitirão ao leitor abrir-se a outras reformas identificadas por ele como urgentes na sua lida cotidiana como educador, dentro da sala de aula e fora dela. Esperamos que as ideias, argumentos, provocações e sugestões aqui esboçados possam encorajar professores e alunos brasileiros a fazerem uso da criatividade, essa aptidão fundamental

do *sapiens-demens* sem a qual nenhuma educação, nenhuma antropoética, nenhuma autoformação é possível.

Maria da Conceição Xavier de Almeida,

coordenadora do GRECOM, Grupo de
Estudos da Complexidade, UFRN

Edgard de Assis Carvalho,

coordenador do COMPLEXUS, PUC-SP

Agosto de 2002

1

Sobre a Reforma Universitária

A dupla missão

A Universidade conserva, memoriza, integra e ritualiza uma herança cultural de saberes, ideias e valores, porque ela se incumbe de reexaminá-la, atualizá-la e transmiti-la, o que acaba por ter um efeito regenerador. A Universidade gera saberes, ideias e valores que, posteriormente, farão parte dessa mesma herança. Por isso, ela é simultaneamente conservadora, regeneradora e geradora.

A Universidade tem uma missão e uma função transecular que vão do passado ao futuro por intermédio do presente; tem uma missão transnacional que conserva, porque dispõe de uma autonomia que a permite efetuar esta missão, apesar do fechamento nacionalista das nações modernas.

Segundo os dois sentidos do termo conservação, o caráter conservador da Universidade pode ser essencial, assim como estéril. A conservação é de importância capital se significa salvaguarda e preservação. Só se pode preparar um futuro quando se salva um passado, mesmo que estejamos num sé-

culo em que forças de desintegração múltiplas e potentes encontram-se em andamento. A conservação é estéril, se dogmática, fixa e rígida. No século dezessete, a Sorbonne, por exemplo, condenava todos os avanços científicos de seu tempo e, até o século seguinte, a Ciência moderna se formou em grande parte fora das Universidades.

A Universidade soube responder ao desafio do desenvolvimento das ciências, operando uma grande mutação no século XIX, a partir da reforma de 1809, efetuada por Humboldt em Berlim. Ao instituir sua liberdade interior frente à religião e ao poder, tornou-se laica e abriu-se à grande problematização oriunda do Renascimento, que questionou o mundo, a natureza, a vida, o homem e a Deus. Transformou-se no lugar da problematização própria à cultura europeia moderna; ao se abrir as culturas extraeuropeias, inscreveu-se mais profundamente em sua missão transecular e transnacional.

A reforma introduziu as ciências modernas nos departamentos que havia criado. Desde então, a Universidade faz coexistir, e desafortunadamente só coexistir e não comunicar, a cultura das humanidades e a cultura científica.

Ao criar os Departamentos, Humboldt havia percebido muito bem o caráter transecular das ciências. Para ele, a Universidade não podia ter como vocação direta uma formação profissional que seria própria das escolas técnicas, mas uma vocação indireta responsável pela formação de uma atitude de investigação. Daí decorre a dupla função paradoxal da Universidade: adaptar-se à modernidade e integrá-la, responder às necessidades fundamentais de formação, proporcionar ensino

para as nossas profissões técnicas e outras, oferecer um ensino metaprofissional e metatécnico.

Deve a Universidade adaptar-se à sociedade ou a sociedade a ela? Há complementaridade e antagonismo entre as duas missões, ou seja, adaptar-se à sociedade, ou adaptar-se a si própria. Não se trata apenas de modernizar a cultura, mas de culturalizar a modernidade.

A missão transecular faz com que a Universidade conclame a sociedade a adotar sua mensagem e suas normas: ela introduz na sociedade uma cultura que não é feita para sustentar as formas tradicionais ou efêmeras do aqui e agora, mas que está pronta para ajudar os cidadãos a rever seu destino *hic et nunc*. A Universidade defende, ilustra e promove no mundo social e político valores intrínsecos à cultura universitária, tais como a autonomia da consciência e a problematização, cujas consequências expressam-se no fato de que a investigação deve manter-se aberta e plural, que a verdade tenha sempre primazia sobre a utilidade, que a ética do conhecimento seja mantida. Por essa razão, na frente da Universidade de Heidelberg encontra-se afixada a seguinte inscrição: “Ao espírito vivo”.

Os desafios do século XX

O século XX lançou vários desafios e essa dupla missão. Sem sombra de dúvida, há uma forte pressão sobreadaptativa que pretende adequar o ensino e a pesquisa às demandas econômicas, técnicas e administrativas do momento, aos últi-

mos métodos, às últimas imposições do mercado, assim como reduzir o ensino geral e marginalizar a cultura humanista. Na vida e na história, a sobreadaptação a condições dadas nunca representou um signo de vitalidade, mas um prenúncio de senilidade e morte, que se efetiva pela perda da substância inventiva e criativa.

Mais radicalmente, os próprios desenvolvimentos do século XX e da nossa era planetária fizeram com que nos defrontássemos cada vez mais amiúde e, de modo inelutável, com os desafios da complexidade. Nossa formação escolar e, mais ainda, a universitária nos ensina a separar os objetos de seu contexto, as disciplinas umas das outras para não ter que relacioná-las. Essa separação e fragmentação das disciplinas é incapaz de captar “o que está tecido em conjunto”, isto é, o complexo, segundo o sentido original do termo.

A tradição do pensamento que forma o ideário das escolas elementares ordena que se reduza o complexo ao simples, que se separe o que está ligado, que se unifique o que é múltiplo, que se elimine tudo aquilo que traz desordens ou contradições para nosso entendimento. O pensamento que fragmenta e isola permite a especialistas e *experts* terem grandes desempenhos em seus compartimentos e, assim, cooperar eficazmente nos setores não complexos do conhecimento, especialmente aqueles concernentes ao funcionamento das máquinas artificiais. A lógica a que obedecem projeta sobre a sociedade e as relações humanas as restrições e os mecanismos inumanos da máquina artificial com sua visão determinista, mecanicista, quantitativa, formalista, que ignora, oculta e dissolve tudo o que é subjetivo, afetivo, livre e criador.

Além disso, os espíritos parcelados tornam-se cegos às inter-retroações e à causalidade em circuito; consideram, comumente, os fenômenos vivos e sociais a partir de uma causalidade linear e de uma concepção mecanicista/determinista que vale unicamente para as máquinas artificiais.

A inteligência que só sabe separar reduz o caráter complexo do mundo a fragmentos desunidos, fraciona os problemas e unidimensionaliza o multidimensional. É uma inteligência cada vez mais míope, daltônica e vesga; termina a maior parte das vezes por ser cega, porque destrói todas as possibilidades de compreensão e reflexão, eliminando na raiz as possibilidades de um juízo crítico e também as oportunidades de um juízo corretivo ou de uma visão a longo prazo.

A maneira de pensar que utilizamos para encontrar soluções para os problemas mais graves de nossa era planetária constitui um dos mais graves problemas que devemos enfrentar. Quanto mais multidimensionais se tornam os problemas, maior a incapacidade para pensá-los em sua multidimensionalidade; quanto mais progride a crise, mais progride a incapacidade para pensá-la; quanto mais globais se tornam os problemas, mais impensáveis se tornam. A inteligência cega se torna, assim, inconsciente e irresponsável, incapaz de encarar o contexto e complexo planetários.

Além disso, efetivou-se a separação entre a cultura humanista que nutria a inteligência geral e a cultura científica que, por vezes de modo hermético, encontra-se compartimentalizada entre as disciplinas. A falta de comunicação entre as duas culturas acarreta graves consequências para ambas. A cultura

humanista revitaliza as obras do passado, a cultura científica valoriza apenas aquelas adquiridas no presente. A cultura humanista é uma cultura geral que, por meio da filosofia, do ensaio e da literatura, coloca problemas humanos fundamentais e incita à reflexão. A cultura científica suscita um pensamento consagrado à teoria, mas não uma reflexão sobre o destino humano e sobre o futuro da própria ciência. A fronteira entre as duas culturas atravessa toda a Sociologia que, no entanto, continua a mantê-las separadas, em vez de tecer um fio capaz de uni-las.

A reforma do pensamento

Por toda parte, reconhece-se a necessidade da interdisciplinaridade, pois ainda que se comece a tecer e conceber a transdisciplinaridade no estudo da saúde, da velhice, da juventude e das cidades, a interdisciplinaridade tem-se mostrado tão insuficiente quanto a ONU para confederar as nações. A transdisciplinaridade só representa uma solução quando se liga a uma reforma do pensamento. Faz-se necessário substituir um pensamento que está separado por outro que está ligado. Esse reconhecimento exige que a causalidade unilinear e unidirecional seja substituída por uma causalidade circular e multirreferencial, que a rigidez da lógica clássica seja corrigida por uma dialógica capaz de conceber noções simultaneamente complementares e antagônicas, que o conhecimento da integração das partes ao todo seja completado pelo reconhecimento do todo no interior das partes.

A atitude de contextualizar e globalizar é uma qualidade fundamental do espírito humano que o ensino parcelado atrofia e que, ao contrário disso, deve ser sempre desenvolvida. O conhecimento torna-se pertinente quando é capaz de situar toda a informação em seu contexto e, se possível, no conjunto global no qual se insere. Pode-se dizer ainda que o conhecimento progride, principalmente, não por sofisticação, formalização e abstração, mas pela capacidade de conceitualizar e globalizar.¹ O conhecimento deve mobilizar não apenas uma cultura diversificada, mas também a atitude geral do espírito humano para propor e resolver problemas. Quanto mais potente for essa atitude geral, maior será sua aptidão para tratar problemas específicos. Daí decorre a necessidade de uma cultura geral e diversificada que seja capaz de estimular o emprego total da inteligência geral, ou melhor dizendo, do espírito vivo.

A reforma da Universidade tem um objetivo vital: uma reforma do pensamento que viabilize e permita o emprego total da inteligência. Trata-se de uma reforma não pragmática, mas paradigmática, concernente à nossa aptidão para organizar o conhecimento.

A reforma necessária do pensamento é aquela que gera um pensamento do contexto e do complexo. O pensamento

1. A Ciência econômica é a ciência humana mais sofisticada e mais formalizada. Entretanto, os economistas são incapazes de se porem de acordo sobre suas previsões, que comumente são errôneas. E por quê? Porque a economia se isolou de outras dimensões humanas e sociais que são inseparáveis dela, e porque é incapaz de encarar o que não é quantificável, ou seja, as paixões e necessidades humanas. A economia é, portanto, a ciência mais avançada matematicamente e mais atrasada humanamente.

contextual busca sempre a relação de inseparabilidade e as inter-retroações entre qualquer fenômeno e seu contexto, e deste com o contexto planetário. O complexo requer um pensamento que capte relações, inter-relações, implicações mútuas, fenômenos multidimensionais, realidades que são simultaneamente solidárias e conflitivas (como a própria democracia que é o sistema que se nutre de antagonismos e que, simultaneamente, os regula), que respeite a diversidade, ao mesmo tempo que a unidade, um pensamento organizador que conceba a relação recíproca entre todas as partes. Pascal já havia formulado o imperativo que hoje em dia precisa ser introduzido em todos os nossos ensinamentos. Se todas as coisas são causadas e causantes, ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas e mantidas por uma ligação material e insensível que as sujeitam, torna-se impossível conceber as partes sem conceber o todo e tampouco o todo sem conceber as partes.

Todas as reformas da Universidade concebidas até agora têm girado ao redor de um buraco negro que concerne à necessidade profunda do ensino. Essas reformas têm sido incapazes de percebê-la, porque se encontram atreladas a um tipo de inteligência que é preciso reformar.

Existe, assim, uma ligação de circularidade entre esses imperativos interdependentes:

1. Reproblematização dos princípios do conhecimento e problematização daquilo que aparentava ser a solução;
2. Reforma do pensamento por um pensamento complexo capaz de ligar, contextualizar e globalizar;
3. Transdisciplinaridade.

Os caminhos da reforma

Uma reforma da Universidade suscita um paradoxo: não se pode reformar a instituição (as estruturas universitárias), se anteriormente as mentes não forem reformadas; mas só se pode reformar as mentes se a instituição for previamente reformada.

Existe aqui uma impossibilidade lógica, mas é desse tipo de impossibilidade que a vida se nutre. Quem educará os educadores? É necessário que se autoeduem e eduquem escutando as necessidades que o século exige, das quais os estudantes são portadores. É certo que a reforma se anunciará a partir de iniciativas marginais, por vezes julgadas aberrantes, mas caberá à própria Universidade levá-la a cabo. É óbvio que críticas e questionamentos externos nos fazem falta, mas sobretudo o que faz falta é um questionamento interior.

A reforma dele decorrente advirá do retorno às fontes do pensamento europeu moderno representado pela problematização. Não é mais suficiente, nos dias atuais, problematizar unicamente o homem, a natureza, o mundo e Deus, mas é preciso problematizar o que traria soluções para os problemas da ciência, da técnica, do progresso, para o que acreditávamos que era a razão e que, comumente, não era nada mais do que uma racionalização abstrata. Faz falta também problematizar a própria organização do pensamento e da instituição universitária.

A reforma não partirá do zero. Há ciências multidimensionais como a Geografia, que cobre um campo muito vasto,

que parte da geologia para os fenômenos econômicos e sociais. Há ciências que se tornaram poliscópicas, como a História, que abarca a multidimensionalidade do devir das realidades humanas, ou a Pré-História, que questiona todos os aspectos complexos da humanização. Ademais, uma organização do saber já começou no e pelo reagrupamento de disciplinas até então dispersas. A ecologia científica, as ciências da Terra, a cosmologia já são ciências polidisciplinares que têm por objeto não apenas um setor ou uma parte, mas um sistema complexo: o ecossistema e, de modo mais amplo, a biosfera para a ecologia; o sistema terra para as ciências da Terra e para a cosmologia que concebe o Universo a partir das organizações astronômicas e das bases que proporcionaram as experiências microfísicas, como a estranha propensão do Universo a formar e destruir sistemas estelares e solares.

Por outro lado, já se formaram princípios de inteligibilidade a partir da cibernética, da teoria dos sistemas e da teoria da informação que permitiram elaborar uma teoria da auto-organização, apta a conceber a autonomia, a noção de sujeito, a liberdade, o que era impossível de ser feito pela ciência clássica. A racionalidade e o cientificismo começaram a ser redefinidos e complexificados a partir dos trabalhos de Bachelard, Popper, Kuhn, Holton, Lakatos. Mais recentemente, pensadores científicos ocuparam o lugar de uma filosofia voltada apenas para ela mesma, que havia cessado de refletir sobre os conhecimentos e sobre o saber e sobre as contribuições que as ciências oferecem à cultura atual. Jacques Monod, François Jacob, Ilya Prigogine, Henri Atlan, Hubert Reeves, Bernard d'Espagnat, Bassarab Nicolescu, Jean-Marc

Lévy-Leblond, e tantos outros, restabeleceram as relações entre as duas culturas separadas, o que suscitará, se se levar a cabo a reforma, uma nova cultura geral, mais rica do que a antiga, apta para tratar os problemas fundamentais da humanidade contemporânea.

A reforma do ensino concebida como reforma do pensamento não pode ser apenas um elemento da reforma do ensino, a ser iniciada na escola primária, mas também levará em conta a escola secundária. O ensino primário partiria das grandes interrogações da curiosidade infantil, que dever-se-iam manter igualmente como interrogações do adulto: “Quem somos, de onde viemos, para onde vamos”. Esta é a interrogação do ser humano, a ser visualizada em sua dupla natureza, biológica e cultural. Por meio dela, pode-se revelar o aspecto físico e químico da organização biológica e inserir o ser humano no cosmo e descobrir as dimensões psicológicas, sociais e históricas da realidade humana. Desde o início, ciências e disciplinas estariam ligadas, ramificadas umas com as outras, e o ensino poderia representar uma ponte entre os conhecimentos parciais e um conhecimento em movimento do global.

O ensino secundário é o lugar da verdadeira cultura geral, que estabelece o diálogo entre a cultura das humanidades e a cultura científica, não apenas levando em conta uma reflexão sobre o conhecimento adquirido e o futuro das ciências, mas também considerando a literatura como escola e experiência de vida. A História deveria desempenhar um papel-chave na escola secundária, ao permitir que o aluno se incorporasse à história de sua nação, e se situasse no devir histórico da Euro-

pa e mais amplamente no da humanidade, que compreendesse e assimilasse um tipo de conhecimento que se tornou demasiado complexo para abarcar todos os aspectos da realidade humana.

A reforma da Universidade implica a instauração de Departamentos ou Institutos dedicados às ciências que já operam uma reintegração polidisciplinar em torno de um núcleo organizador sistêmico (ecologia, ciências da Terra, cosmologia); progride com a reintegração posterior das ciências biológicas e das ciências sociais e com a elaboração de dispositivos que permitam a religação das ciências antropossociais e do conjunto das ciências da natureza.

A fim de instalar e ramificar um modo de pensamento complexo que permita a transdisciplinaridade, a Universidade deve, num primeiro momento, introduzir um “dízimo transdisciplinar”. Segundo uma sugestão do Congresso Internacional de Locarno, organizado pelo CIRET² e pela Unesco entre 30 de abril e 2 de maio de 1997, intitulado “Qual será a Universidade para o amanhã?”, um décimo do ensino pode estar consagrado a problemas transdisciplinares tais como: a relação cosmo-fisi-bio-antropos; o circuito das ciências segundo Piaget (que as torna interdependentes umas das outras); os problemas da complexidade nos distintos conhecimentos; literatura e ciências humanas; ciência, ética e política.

Pode-se, igualmente, distinguir dentro de cada Universidade um centro de investigações sobre problemas da comple-

2. Centro Internacional de Pesquisas e Estudos Transdisciplinares (N. T.).

xidade e da transdisciplinaridade, assim como ateliês dedicados a problemáticas complexas e transdisciplinares. Em decorrência disso, a possibilidade da existência de teses poli ou transdisciplinares deve igualmente estar assegurada.

A missão

A reforma do pensamento contém uma necessidade social-chave: formar cidadãos capazes de enfrentar os problemas de seu tempo. Com isso, tornar-se-ia possível frear o debilitamento da democracia que suscita, em todos os campos da política, a expansão da autoridade dos *experts*, de especialistas de toda ordem, que limitam progressivamente a competência dos cidadãos, condenados à aceitação ignorante daqueles que são considerados conhecedores, mas que de fato praticam uma compreensão que rompe com a contextualidade e a globalidade dos problemas. O desenvolvimento de uma democracia cognitiva só se torna possível por meio de uma reorganização do saber na qual seriam ressuscitadas, de uma nova maneira, as noções trituradas pelo parcelamento disciplinar: o ser humano, a natureza, o cosmo e a própria realidade.

Trata-se de uma necessidade histórica-chave: uma vez que a complexidade dos problemas de nosso tempo nos desarma, torna-se necessário que nos rearmemos intelectualmente, instruindo-nos para pensar a complexidade, para enfrentar os desafios da agonia/nascimento desse interstício

entre os dois milênios, e tratar de pensar os problemas da humanidade na era planetária. Falta-nos compreender que nossa lucidez depende da complexidade do modo de organização de nossas ideias.

Indiquemos, por fim, que só um modo de pensar empenhado em ligar e solidarizar conhecimentos separados ou desmembrados é capaz de prolongar-se numa ética da dependência e solidariedade entre os seres humanos. Um pensamento capaz de integrar o local e o específico em sua totalidade, de não permanecer fechado no local e nem no específico, que seja apto a favorecer o sentido da responsabilidade e da cidadania. A reforma do pensamento traz consigo consequências existenciais, éticas e cívicas.

A Universidade precisa superar-se para se encontrar a si própria. Desse modo, inscrever-se-á mais profundamente em sua missão transecular, assumindo o passado cultural e adiantando-se para o novo milênio com o intuito de civilizá-lo.